

PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO¹

1. Conceito

O que caracteriza o pagamento, como modo extintivo da obrigação, é a realização voluntária da prestação devida e a satisfação do interesse do credor. No entanto, também ao devedor interessa o cumprimento, para se liberar do vínculo a que se encontra adstrito.

Ocorre que o pagamento depende ainda da concordância do credor, que por diversas razões pode negar-se a receber a prestação ou a fornecer a quitação.

Não se realizando o pagamento pela falta de cooperação e anuência do credor, o devedor não se exonera da obrigação.

Assim, para satisfazer o direito do devedor em se livrar do vínculo obrigacional é que a lei permite a consignação em pagamento. Com isto, a consignação em pagamento consiste no depósito, pelo devedor, da coisa devida, com o objetivo de liberar-se da obrigação. É *meio indireto* de pagamento.

Portanto, se o credor sem justa causa, recusa-se a receber o pagamento em *dinheiro*, poderá o devedor optar pelo *depósito extrajudicial* ou pelo ajuizamento da ação de consignação em pagamento. Embora a lei assegure ao devedor o direito de consignar a coisa devida, tal fato só pode receber, ou outra causa legal, não pode aquele, sem motivo justificável, efetuar o depósito da prestação em vez de pagar diretamente ao credor.

2. Objeto da consignação

O art. 344 permite a consignação não só de dinheiro como também de bens móveis ou imóveis.

O fato de a consignação realizar-se por meio de um depósito limita a sua aplicação às obrigações de dar, podendo tomar a forma de entrega ou restituição.

3. Fato que autorizam a consignação

Art. 335. A consignação tem lugar:

¹ Resumo feito com base no Livro Curso de Direito Civil. Vol II. Carlos Roberto Gonçalves

- I - se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;
- II - se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;
- III - se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil;
- IV - se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;
- V - se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

Os fatos que autorizam a consignação, previstos no mencionado art. 335 do CC, têm por fundamento: a) mora do credor; b) circunstâncias inerentes à pessoa do credor que impedem o devedor de satisfazer a sua intenção de exonerar-se da obrigação.

O inciso I trata da hipótese de mora do credor. Embora o dispositivo cuide de três situações diferentes, equipara-se ele a recusa do credor em receber o pagamento ou dar quitação à impossibilidade subjetiva de receber. Só a recusa injusta, não fundada em motivo legítimo, a autoriza. Cabe ainda observar que a consignação ainda terá lugar se o credor concordar em receber o pagamento, mas recusar-se a fornecer o recibo de quitação.

O inciso II trata de dívida quesível, em que o pagamento deve efetuar-se fora do domicílio do credor, cabendo a este a iniciativa. Permanecendo inerte, faculta-se ao devedor consignar judicialmente a coisa devida, ou extrajudicialmente a importância em dinheiro, para liberar-se da obrigação.

O inciso III traz a hipótese de pagamento em consignação quando o incapaz não tiver representante legal, ausente ou a residência em lugar incerto, ou de acesso perigoso ou difícil.

O inciso IV expõe a hipótese de que dois credores mostram-se interessados em receber o pagamento, e havendo dúvida sobre quem tem o direito a ele, deve o devedor valer-se da consignação para não correr o risco de pagar mal, requerendo a citação de ambos.

Já o inciso V trata a hipótese em que credor e terceiro estão disputando em juízo o objeto do pagamento, não deve o devedor antecipar-se ao pronunciamento judicial e entregá-lo a um deles, assumindo o risco, mas sim consigná-lo judicialmente, para ser levantado pelo vencedor da demanda.

4. Requisitos de validade da consignação

Art. 336. Para que a consignação tenha força de pagamento, será mister concorram, em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento.

Em relação às pessoas ou requisitos subjetivos, deve o pagamento ser feito pelo devedor capaz e ao verdadeiro credor, também capaz, ou seu representante, sob pena de não valer, salvo se ratificado por este ou se reverter a seu favor. A legitimidade ativa para a ação consignatória é conferida ao devedor, ao terceiro interessado no pagamento da dívida e também ao terceiro não interessado, se o fizer em nome e à conta do devedor. Quanto a legitimidade passiva, réu da ação consignatória será o credor capaz exigir o pagamento ou quem alegue possuir tal qualidade, ou seu representante, uma vez que tem ela finalidade liberatória do débito e declaratória de crédito.

Quanto ao objeto ou os requisitos objetivos, exige-se a integralidade do depósito, porque o credor não é obrigado a aceitar o pagamento parcial. Orienta-se a jurisprudência do STJ no sentido de que “impõe-se ao devedor, na consignatória, ao efetuar o depósito, fazê-lo com inclusão da correção monetária do período compreendido entre a data do vencimento da obrigação e do efetivo depósito, sob pena de ser julgado improcedente o pedido”.

Se a hipótese consistir na entrega da coisa, deverá ela realizar-se juntamente com os respectivos acessórios, como os frutos ou produtos a que o credor tenha direito.

O modo será o convencionado, não se admitindo, por exemplo, pagamento em prestações, quando estipulado que deve ser à vista.

Quanto ao tempo, deve ser também, o fixado no contrato, não podendo o pagamento efetuar-se antes de vencida a dívida, se assim foi convencionado. Poderá ser efetuado pelo devedor, contudo, a qualquer tempo, se o prazo se estipulou em seu favor, ou assim que se verificar a condição a que o débito estava subordinado.

A consignação deve preencher todos esses requisitos e ainda os específicos nos arts. 341 a 343 do Código Civil, a saber:

Art. 341. Se a coisa devida for imóvel ou corpo certo que deva ser entregue no mesmo lugar onde está, poderá o devedor citar o credor para vir ou mandar recebê-la, sob pena de ser depositada.

Art. 342. Se a escolha da coisa indeterminada competir ao credor, será ele citado para esse fim, sob cominação de perder o direito e de ser depositada a coisa que o devedor escolher; feita a escolha pelo devedor, proceder-se-á como no artigo antecedente.

Art. 343. As despesas com o depósito, quando julgado procedente, correrão à conta do credor, e, no caso contrário, à conta do devedor.

Cabe observar, ainda, que não poderá valer-se do depósito judicial ou extrajudicial quem pretender consignar contra credor incapaz ou antes do vencimento da dívida; ou oferecer objeto que não seja o devido.

5. Levantamento do depósito

Vejamos o disposto no art. 338 do CC

Art. 338. Enquanto o credor não declarar que aceita o depósito, ou não o impugnar, poderá o devedor requerer o levantamento, pagando as respectivas despesas, e subsistindo a obrigação para todas as consequências de direito.

Com isto, se o credor não foi citado, ou se, citado, não impugnou a oferta, deixando de oferecer resistência ao pedido, pode o devedor levantar a prestação consignada, tornando-a ineficaz. Assim, depreende-se do texto legal que o devedor arcará, nesse caso, com as consequências jurídicas de sua retratação, pois permanecerá respondendo pelos juros da dívida e pelos riscos da coisa, até que ocorra a tradição, bem como pelas despesas de depósito, pois a obrigação subsiste integralmente.

Já o art. 340 prescreve:

Art. 340. O credor que, depois de contestar a lide ou aceitar o depósito, aquiescer no levantamento, perderá a preferência e a garantia que lhe competiam com respeito à coisa consignada, ficando para logo desobrigados os co-devedores e fiadores que não tenham anuído.

Assim, se o credor recusar o depósito e contestar a ação, o levantamento não poderá ocorrer sem a sua anuência. Se, no entanto, vier a concordar com sua efetivação, perderá a preferência e garantia que lhe competiam com respeito a coisa consignada. Além disso, tendo a anuência ocorrido depois de assegurado o resgate de seu crédito pelo depósito, reputa-se ter ele concedido novo crédito ao devedor, em

substituição ao anterior. Em consequência ficam desobrigados os co-devedores e fiadores da obrigação primitiva.

Se em vez de contestar a ação, o credor aceita o depósito, a dívida se extingue, visto que a consignação produz o mesmo efeito do pagamento.

Se a ação foi julgada procedente e subsistente o depósito, o devedor já não poderá levantá-lo, embora o credor consinta, senão de acordo com os outros devedores e fiadores. A declaração de procedência do depósito acarreta a extinção da obrigação a que estava adstrito o devedor, com eficácia de pagamento, e, em consequência, a exoneração dos fiadores e co-devedores.